

SERVIÇO SOCIAL E REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIETÁRIAS

Social services and reproduction of corporate relations

Viviane Orizenco¹
Diana Ceolin¹

Resumo: Em meados da década de 30 surgiu no Brasil o Serviço Social. Registrava-se no país uma intensificação no processo de industrialização. Nesse período houve crescimento da população urbana, crescimento este que trouxe consigo problemas de assistência, educação, habitação, saneamento básico, infraestrutura, entre outros. Neste contexto, surge o papel da Igreja Católica na realização dos trabalhos de assistência social, com o objetivo de difundir a fé cristã, além de se manter no poder com os burgueses, para assim manter a ordem diante dos graves problemas sociais surgidos. O Serviço Social age no processo de reprodução das relações, como atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante entre a classe trabalhadora.

Palavras-chave: Industrialização. Igreja Católica. Serviço Social.

Abstract: In the mid-30, appeared in Brazil Social Services. It was recorded in the country intensified in the industrialization process. During this period, there was growth of urban population growth that brought with service issues, education, housing, sanitation, infrastructure, among others. In this context, there is the role of the Catholic Church in the achievement of social service work, in order to spread the Christian faith, and to stay in power with the bourgeois, so as to maintain order in the face of serious social problems arising. The Social Service acts on the reproduction of relations process, as an auxiliary and subsidiary activity in the exercise of social control and spreading the ideology of the ruling class among the working class.

Keywords: Industrialization. Catholic Church. Social Service.

Introdução

Este artigo tem por objetivo descrever como ocorreu o surgimento do Serviço Social no Brasil, tendo em vista que a industrialização que ocorria nos grandes centros urbanos atraiu para as cidades um número elevado de pessoas que estavam em busca de melhores oportunidades e condições de vida.

Como estas cidades não possuíam infraestrutura para abrigar esse grande número de pessoas, começaram a surgir os problemas de ordem social. Estas pessoas não tinham condições mínimas de sobrevivência. Não possuíam boas condições de moradia, não tinham acesso à saúde e à educação, além de serem exploradas por aqueles que detinham o capital.

Começou a partir de então uma deficiente relação entre o capital e o trabalho, que foi a razão do surgimento do Serviço Social, o qual foi uma conquista dos trabalhadores. Apesar da luta dos trabalhadores, o Serviço Social surgiu como uma estratégia da Igreja e dos burgueses para manter-se no controle, já que a revolta dos trabalhadores ameaçaria os seus sagrados valores morais, ordem e poder. Também será detalhado como foi a história e a trajetória do Serviço Social no Brasil, dando ênfase aos principais acontecimentos ocorridos.

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Rodovia BR-470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

O Serviço Social no Brasil

A industrialização é o processo de modernização pelo qual passam os meios de produção de uma sociedade, é acompanhada pela ampliação tecnológica e o desenvolvimento da economia. Foi o que ocorreu no Brasil em meados da década de 1930, em que sua economia estava voltada principalmente à produção cafeeira. Neste período ocorreu a crise de 1929 na bolsa de valores em Nova York, e o Brasil deixou de exportar o café. Com isso, houve a necessidade de buscar novas alternativas produtivas (MARTINELLI, 2005).

Um dos fundamentais elementos para a industrialização foi a aplicação dos capitais gerados pela produção do café para a indústria. Foi nos grandes centros urbanos do Brasil que surgiram as fábricas de diversos setores, como siderúrgica, química, automobilística, entre outras. Com a queda das exportações de café, a população que morava no campo foi em busca de trabalho e melhores condições de vida nos grandes centros urbanos.

Como estas cidades não tinham infraestrutura adequada para abrigar estas pessoas, surgiram os problemas sociais. Estas pessoas amontoavam-se em locais inadequados de sobrevivência, junto às aglomerações industriais, em casas infectadas, sendo muito frequente a carência ou mesmo a falta de água, esgoto, luz; não tinham acesso à saúde, à educação, e grande parte das empresas funcionava em prédios adaptados, com mínimas condições de higiene e segurança, o que tornava frequentes os acidentes (MARTINELLI, 2005).

O operário vivia apenas com a venda diária da sua força de trabalho, de sua mulher e de seus filhos; não tinha direito a férias, descanso semanal remunerado e/ou qualquer espécie de seguro regulado por lei; dentro da fábrica estava sujeito à autoridade absoluta do patrão. Diante da difícil situação que enfrentavam, os trabalhadores, que não podiam esperar muita coisa do governo e nem dos patrões, criaram uma forma de lutar por melhores condições, começaram a realizar greves.

As greves eram geralmente organizadas pelos sindicatos, sendo fundados inúmeros destes. Mas não era fácil organizar um sindicato e promover uma greve. Washington Luís, que foi presidente de 1926 a 1930, proferiu uma frase que ficou famosa, pois seguindo ele a questão social era caso de polícia (MARTINELLI, 2005).

O movimento operário era muito perseguido. Quando o patrão descobria que um empregado estava organizando uma greve ou convidando companheiros para uma reunião de sindicato, demitia todos. O governo também era severo com os trabalhadores; os grevistas eram considerados criminosos e até mesmo eram enviados para a cadeia e condenados a trabalhos forçados.

A industrialização enfraquece substancialmente as redes tradicionais de proteção, como a família, a Igreja, a comunidade, na medida em que recruta homens, mulheres, crianças para o trabalho nas fábricas. Os idosos são descartados, pois a produção industrial requer habilidades manuais mais juvenis. Os riscos relativos à saúde se agravam com as condições de trabalho nas fábricas e com as condições de vida decorrentes da urbanização acelerada. Nesse cenário, a pobreza se agravava (MARTINELLI, 2005).

Surge uma nova forma de organização social (sistema capitalista), que institui a sociedade de classe e um novo modo de produção nas relações sociais mediatizadas pela posse privada de bens. “O capitalismo gera o mundo da cisão, da ruptura, da exploração da maioria pela minoria, o mundo em que a luta de classes se transforma na luta pela vida, na luta pela superação da sociedade burguesa” (MARTINELLI, 2005, p. 54).

A população inserida nesse modelo de produção vivencia no seu cotidiano o agravamento dos problemas sociais, denominado como “questão social”, e quaisquer formas de enfrentamento dos trabalhadores a esse modelo eram visualizadas pela classe dominante como uma

falta de entrosamento e defeito do indivíduo nas relações entre eles, e não como um problema estrutural (FALEIROS, 2001). A questão social é pensada como

[...] conjunto das expressões das desigualdades sociais engrenadas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho - das condições necessárias à sua realização, assim como seus frutos. [...] expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnicorraciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (IAMAMOTO, 2008, p. 16-17).

Ajudar a solucionar os graves problemas da população carente, revoltada e oprimida transformou-se em questão política, por causa das inúmeras greves que surgiram nesse período. O governo, os burgueses e a Igreja Católica uniram-se para tentar acalmar a voz do povo, proporcionando acalantos para os trabalhadores e suas famílias, na ilusão de que ajudar os pobres seria a solução para a crise.

Por haverem se instalado os ideais comunistas e liberais no país, a Igreja Católica viu seus sagrados valores ameaçados. Como cabia ao Estado promover a paz e acabar com a desordem nas relações sociais, e isto não estava acontecendo, o fantasma do comunismo ameaçava o capitalismo no Brasil. Então, o Estado criou sindicatos, instituições assistenciais com o apoio da Igreja Católica, financiados pelos burgueses (IAMAMOTO, 2005).

Foi criado em 1932 o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), que promoveu em seu início um curso intensivo para moças, cuja formação era direcionada a moças católicas, com um estudo voltado para o neotomismo, aprofundando o seu conhecimento dos problemas sociais, no intuito de aperfeiçoar o trabalho social (IAMAMOTO, 2005).

As trabalhadoras sociais eram moças ricas e de famílias abastadas que lidavam com o proletariado diretamente, geralmente das próprias empresas da família. O Serviço Social era o de adaptar o homem ao meio em que vivia e o meio ao homem, mas estas trabalhadoras sociais não observavam de maneira crítica e consciente o seu trabalho e a sua intervenção na sociedade, a sistematização e a teorização da profissão, alienando a população e iludindo-se de que serviam em amor ao próximo, segundo pregava a Igreja.

Sua função enquanto profissão era para a classe burguesa seguir na direção de amenizar os conflitos, uma vez que “se alicerçava tanto no processo conservador de manutenção da ordem como no processo renovador [...] de mudança de comportamento em função de higiene social, recuperação de indivíduos” (FALEIROS, 2005, p. 13).

Os assistentes sociais atuavam na mudança de hábitos das famílias e das pessoas, com o objetivo de melhorar os comportamentos, as condições de higiene, a moral e a sua inserção na ordem social.

Exemplos dessa articulação, na prática, podem ser vistos através das atividades das assistentes sociais subindo os morros das favelas para levar as pessoas a regularizarem suas relações de casal por uma certidão de casamento ou então certidão de nascimento para os filhos e a evitar relações promíscuas e/ou perigosas; era a ordem moral e social para harmonizar classes sociais e edificar “a boa família”, o “bom operário”, o “homem e a mulher sadios” (FALEIROS, 2005, p. 13).

A partir dessa análise, considerando o contexto socioeconômico, político e cultural, o objeto de intervenção profissional se configurava a partir da moral, numa perspectiva de manter

a ordem advinda das pressões da sociedade, que se encontravam em situação de miserabilidade.

“Com o surgimento das grandes instituições, o mercado de trabalho se amplia para o Serviço Social, e este rompe com o estreito de sua origem para se tornar uma atividade institucionalizada e legitimada pelo Estado e pelo conjunto das classes dominantes” (IAMAMOTO, 2004, p. 93). Segundo estudos com base em teóricos como Faleiros (2001), Martinelli (2005) e Yamamoto (2008), algumas datas e fatos históricos serão claramente vistos no decorrer deste período, anos de 1930 até 1960, para o Serviço Social no Brasil, como segue.

Criado o Centro de Estudo e Ação Social (CEAS) em setembro de 1932

Com o objetivo de contribuir para a divulgação dos princípios da ordem social cristã, foi fundado o CEAS, voltado para a preparação de trabalhadores sociais. Esta entidade teve papel preponderante na criação da primeira escola de Serviço Social do Brasil.

Criada a primeira escola de Serviço Social no Brasil em 1936

Como consequência da expansão das práticas de assistência social ocorrida no período, ainda marcadas pelo assistencialismo e de caráter fortemente religioso, foi criada a Escola de Serviço Social de São Paulo, a primeira no Brasil. O curso tinha caráter de formação técnica e recebia, ainda, forte pensamento neotomista, então predominante nos meios cristãos e que embaçou as primeiras escolas da área. Era a concepção do homem como ser livre, inteligente e social, com o direito de encontrar na sociedade os meios necessários à sua sobrevivência e pleno desenvolvimento como pessoa humana. Daí se deduzia o sentido do bem comum e a imperiosidade da justiça social. O indivíduo para a sociedade e a sociedade para a pessoa humana/cidadão.

Nasce o Conselho Nacional de Serviço Social em 1938

Em pleno regime do Estado Novo, com o presidente Getúlio Vargas, em dezembro do mesmo ano a Escola de Serviço Social de São Paulo realizou a primeira formatura da turma de assistentes sociais, após dois anos de curso. Também houve a introdução de uma nova classe, masculina, no curso de Serviço Social.

Serviço Social na Previdência em 1944

O Estado brasileiro começou a abrir espaço para a inclusão do assistente social no funcionalismo público. Até então, as ações sociais eram implementadas pelo setor privado, com a ajuda da Igreja Católica. A Previdência Social foi uma das primeiras áreas de atuação do assistente social no setor público. Instituída por meio da Portaria nº 25, de 08/04/1944, do Conselho Nacional de Trabalho (CNT), foi implantada em todos os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Diversas alterações sofridas pelo órgão em sua história não impediram que a profissão se firmasse naquele espaço institucional, o que envolveu uma luta da categoria que ainda continua nos tempos atuais.

Nasce a PUC de São Paulo em 1946

Foi fundada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), que regulamentada passou a incorporar a Escola de Serviço Social de São Paulo. Em outubro houve a criação

da metodologia de ensino em Serviço Social. Reformulando a grade curricular das escolas, foi criada a ABESS: Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social.

Primeira associação da categoria em 1954

Com a finalidade de promover a profissão de assistente social e defender seus interesses, foi criada a Associação Profissional de Assistentes Sociais (APAS) no Rio de Janeiro. Em 1956 se tornou o primeiro sindicato da categoria.

A profissão é regulamentada em 1957

Sancionada a Lei nº 3.252, em 27 de agosto de 1957, foi regulamentada a profissão do assistente social no Brasil, vigorando essa legislação por 36 anos.

Foram destacados apenas alguns fatos mais importantes ocorridos na trajetória do Serviço Social no Brasil, pois é uma história muito complexa e profunda. Chega-se à conclusão de que a assistência social era prestada a princípio ao povo brasileiro, que se encontrava em situação caótica, de forma assistencialista, mas no decorrer dos anos foi reformulada, pautando-se numa perspectiva aprofundada e crítica dos problemas sociais; e assim tornou-se uma profissão de suma importância para a evolução e transformação das pessoas e da sociedade brasileira.

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo a pesquisa sobre a história do Serviço Social no Brasil antes do movimento de reconceituação, período de 1930 a 1960. Desta forma, o processo de industrialização e urbanização que ocorreu nesse período no país foi o que deu início ao Serviço Social.

O Brasil não tinha infraestrutura capaz de abrigar todas as pessoas que vinham para a cidade grande, motivadas pelo processo de industrialização e ofertas de emprego, já que no campo a situação também era ruim. Surgiram assim os problemas sociais e a exploração da classe operária pelos burgueses. Insatisfeita com a vida miserável que levava, a população começou a se revoltar e lutar por melhorias. A classe burguesa aliou-se à Igreja Católica e ao Estado, todos com seus subinteresses, procurando amenizar a situação, com a Igreja tomando a frente e começando a realizar ações sociais.

Desenvolvendo trabalhos de assistência, que se denominaram ao longo dos anos de Serviço Social, tornou-se profissão no país, realizando trabalhos com pessoas em situações precárias de sobrevivência. Suas concepções de Serviço Social assumem características próprias de acordo com o momento histórico das sociedades.

Referências

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em serviço social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social: Identidade e alienação**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.